

TRÓTSKI E A LEI DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Oswaldo Coggiola*

A concepção de um desenvolvimento desigual das sociedades pode ser traçada a partir dos filósofos e historiadores gregos da época clássica. Tucídides já se referia à disparidade entre a sua civilização e os povos bárbaros, situados numa etapa inferior de desenvolvimento social. Diversos pensadores da época moderna empregaram o conceito de desenvolvimento desigual sem jamais nomeá-lo nem reconhecê-lo explicitamente. Hegel usou o conceito em suas obras sobre a história universal e a história da filosofia, e finalmente Marx e Engels estabeleceram que:

[...] primeiramente, há um desenvolvimento desigual entre as diferentes camadas da sociedade; segundo, há em algumas estruturas “relações desiguais”, uma “síntese” ou “fusão”; terceiro, algumas “novas” estruturas ou “sistemas” ou “modos” de produção são produto dessa “fusão” ou “inserção” de um modo de produção em outro; quarto, esse desenvolvimento provoca crise.

Mas foi Trótski quem, levado pela necessidade, formulou explicitamente a lei e ficou, assim, conhecido como o seu expositor. Tentar separar qualquer “lei do desenvolvimento social” de sua verificação empírica tem sido criticado, pois generalizações nesse campo facilmente extrapolariam o conteúdo da lei. Marx dizia que “essas questões (de desenvolvimento desigual e particularidades nacionais) devem ser tratadas concretamente e não da ‘forma abstrata comum’”.¹ O próprio Trótski formulou e empregou a lei simultaneamente, na sua análise da história russa, o que levou vários autores a se queixarem de seu

“caráter vago”, “impreciso”. Moreno justifica Trótski que, enquanto revolucionário prático, “não tinha tempo para especializar-se em questões de método ou epistemologia”.² Disso se deduz que a lei deve ser compreendida, *em toda a sua profundidade*, através de seu “uso” na análise de uma conjuntura socioeconômica concreta. Limitaremos-nos, primeiramente, a expor a lei e seus fundamentos, para em seguida tratar da história da Rússia visando os pontos centrais da desigualdade e da combinação, segundo a análise de Trótski.

A teoria possui um alcance extremamente amplo. George Novack sistematiza a sua utilização nos campos das ciências sociais e biológicas, mostrando-nos as várias concepções de desenvolvimento desigual: na natureza, nas sociedades primitivas, entre continentes e países, e na sociedade contemporânea.³ Não obstante esse vasto campo de validade da lei, ela surgiu, como já dissemos, do estudo da história moderna, mais especificamente, de uma nação atrasada: a Rússia, na pena de Trótski, para quem a desigualdade aparece de forma mais clara, e também mais crítica, no destino dos países atrasados. A concepção de atraso em Trótski, como Baruch Knei-Paz nota, baseava-se na premissa de que a história não se repete, portanto, “o passado de uma parte do globo transforma o futuro da outra parte”.⁴ Uma nação atrasada como a Rússia, que no início do século XX ainda não tinha passado por uma revolução burguesa, jamais produziria, devido à etapa histórica mundial de pleno desenvolvimento capitalista na qual se situava (tanto quanto os países avançados), uma revolução nos moldes de “1789”, ou mesmo “1848” na Alemanha. As teorias, como a de Vico, de reiteração dos ciclos históricos, puderam surgir no passado, diz Trótski,

* Professor titular de história contemporânea da USP.

“devido ao caráter provinciano e episódico de todo o processo”. Sem pretender de forma alguma invalidar a teoria de Vico, Trótski afirmava que isto (o caráter provinciano...) fazia com que “efetivamente se repetissem até certo ponto as distintas fases da cultura nos novos núcleos humanos”.⁵

O desenvolvimento do capitalismo implicaria a superação dessas considerações. Uma nação atrasada, como a Rússia, estava obrigada a incorporar as conquistas técnicas das nações avançadas para poder se manter como força autônoma e não ser incorporada sob a forma de colônia de uma potência vizinha. Da mesma maneira, mesmo que sobre bases distintas, as colônias também passariam por um processo de incorporação da técnica avançada de seus dominadores. A técnica incorporada, por sua vez, exigiria a criação de relações de produção que lhe correspondem, o que significa a instauração brusca, acelerada, de formas de organização social condizentes. O processo todo ocorre por meio de “saltos históricos”, eliminando-se as etapas que caracterizam a evolução dos países pioneiros no processo histórico. Mas a nova estrutura apresentada pela nação atrasada não reproduz a do país avançado. A técnica, as relações de produção e as formações sociais capitalistas incorporadas, em sua forma acabada, sobre uma base arcaica semifeudal, como no caso da Rússia, criam um quadro completamente novo que não pode ser comparado ao de uma nação capitalista “antiga”.

Trótski ressaltou, portanto, o caráter particular e diferenciado do desenvolvimento das nações, mesmo que governadas pelo processo comum e universalizante do capitalismo:

Para eles [os pedantes], a história de uma nação capitalista repete, com divergências um pouco maiores ou menores, a história de uma outra. O que eles não vêem é que o mundo hoje sofre um processo unificado de desenvolvimento capitalista que absorve todos os países que encontra no seu caminho e cria neles um amálgama social combinando as condições locais e gerais do capitalismo cuja natureza não pode ser definida por clichês históricos, mas apenas através de uma análise materialista.⁶

Essa concepção de Trótski (pela qual as nações atrasadas jamais chegarão a reproduzir o modelo



George Novack

“organizativo” estabelecido pelas avançadas) foi freqüentemente tomada como estando em completa contradição com a famosa afirmação de Marx de que “a burguesia cria um mundo a sua própria imagem” (*Manifesto comunista*). Voltaremos, mais adiante, a analisar essa “contradição”. Por hora, podemos dizer que a teoria de Trótski poderia ser totalmente condizente com os fundamentos do marxismo na medida em

que expunha a influência da história universal sobre a particular. A existência de desenvolvimentos nacionais particulares determinados por conjunturas nacionais originais específicas, e que jamais desembocariam em formações que seguissem em todos os níveis (democracia política, dominação de classe da burguesia, formas de produção capitalista tanto no campo quanto na indústria urbana...) o modelo capitalista, não contradiz a noção de que todo esse desenvolvimento estivesse governado pelo avanço maior do capitalismo ou, nas palavras de Trótski, “as particularidades nacionais representam em si uma combinação dos traços fundamentais da economia mundial”.⁷

Segundo ele, a economia mundial não representava, como defendia Stálin, “uma simples soma de fatores nacionais de tipo idêntico” (afirmação esta que se baseava numa generalização grosseira do tipo “os traços gerais do capitalismo são iguais, em sua essência, em todos os países”, e conclusões como “a fisionomia especial que o capitalismo apresenta em cada país é fator secundário na orientação da estratégia revolucionária mundial”), nem seriam os traços específicos nada mais do que um complemento do tipo geral. Trótski afirma, ao contrário, que “essas peculiaridades nacionais são precisamente o produto mais geral, aquele em que, por assim dizer, se resume tudo, desde o desenvolvimento histórico desigual”. Trótski nesse momento direcionava seu ataque contra aqueles que insistiam em generalizar os conceitos oriundos de análises marxistas concretas, transformando-os em fórmulas universais. A resistência contra a lei do desenvolvimento desigual e combinado no interior de círculos autoproclamados “marxistas”, explicase pelo menos em parte por essa ossificação do marxismo. As ferramentas do marxismo, no caso, ao invés de servirem o raciocínio, eram sobrepostas

a ele, dominando e atrofiando-o. Essa atitude se chocava contra a própria natureza do pensamento dialético. A lógica dialética – formulada por Hegel com o intuito de compreender e expressar o mundo real, em constante contradição, transformação e evolução – é a lógica do movimento, que não admite fórmulas fixas nem mesmo para si:

As leis e idéias da dialética, por mais precisas e claramente delineadas que estejam, nunca podem ser mais que aproximadamente corretas. Não podem ser universais e eternas [...] Dado que a dialética refere-se a uma realidade sempre em transformação, complexa e contraditória, suas fórmulas têm limitações intrínsecas.

Isso não significa que a dialética não esteja sujeita a leis que possam ser formuladas em termos claros; mas apenas que, na medida em que para a dialética “a verdade sempre é concreta [...], ela [a dialética] se mostra melhor em conexão com a análise de questões concretas em campos de experiência específicos e através destes”.⁸

As limitações intrínsecas à própria lei do desenvolvimento desigual e combinado deveriam ser apreciadas pela ótica da lógica dialética. George Novack vai mais longe, e estabelece que a lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma expressão particular de uma lei mais geral da lógica dialética, a “lei da interpenetração dos opostos”: “Na união de elementos diferentes e opostos, a natureza dialética da história manifesta-se por si mesma mais poderosa e proeminente.”⁹

Trótski explicitou, antes do mais, que a lei do desenvolvimento desigual e combinado é (embora possa parecer redundante) a junção de duas leis intimamente relacionadas: a do desenvolvimento desigual e a do desenvolvimento combinado, sendo que esta última deriva da primeira e depende dela: é necessário que haja um desenvolvimento desigual, ou a coexistência de elementos de diversas etapas da história, para que possa haver a combinação, ou fusão, desses elementos díspares. No entanto, na medida em que o desenvolvimento desigual e o desenvolvimento combinado não agem separada e independentemente, mas interagem, influenciando-se reciprocamente – a desigualdade precede a



Baruch Knei-Paz

combinação, mas esta, uma vez formada, age sobre os fatores da desigualdade, influenciando o seu posterior desenvolvimento – eles são colocados, na formulação de Trótski, sob o título de uma única lei. Há autores que consideram que chamar o desenvolvimento desigual e combinado de “lei” não corresponde à realidade. Baruch Knei-Paz, autor de uma extensa biografia intelectual de Trótski, propõe que se ignore a utilização do termo “lei”, para se concentrar em seu conteúdo apenas. Knei-Paz se justifica pelo fato de

Trótski ter cunhado o termo “lei do desenvolvimento desigual e combinado” apenas na década de 1930, em sua *História da Revolução Russa*, quando a idéia, ou a concepção de um desenvolvimento desigual e combinado, aparecia clara e perfeitamente elaborada nos escritos de Trótski desde 1905. O argentino Nahuel Moreno considerou que a lei de Trótski não era uma lei, mas uma teoria: “Por razões históricas, respeitamos o nome que o formulador deu a esta teoria. É por isso que comumente dizemos lei e não teoria como corresponde. Efetivamente, devido ao que combina e unifica distintas leis em uma estrutura, é uma teoria e não uma lei”.

A desigualdade, nas palavras de Trótski, “é a lei mais geral do processo histórico”, podendo ser estendida até mesmo para o passado pré-capitalista. Ela se observa no

desenvolvimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas; no caráter mais ou menos amplo ou reduzido de épocas históricas inteiras, por exemplo, da Idade Média, do regime gremial, do despotismo ilustrado, do parlamentarismo; na desigualdade do desenvolvimento de distintas instituições sociais, de distintos aspectos da cultura.

Essa elaboração foi criticada por Jon Elster, professor de ciência política da Universidade de Chicago e inspirador do “marxismo analítico”, que descarta completamente a possibilidade de se chamar o “desenvolvimento desigual e combinado” de lei, dizendo apenas que “de acordo com as leis, ainda que nas ciências sociais e históricas, essa descrição resulta bastante abstrata [e] não oferece uma contribuição positiva”. Em seguida, Elster descarta o seu conteúdo, dizendo que a teoria, como ele a denomina, “se considera ela mesma referida

com exclusividade ao futuro, ou seja a uma transição do capitalismo ao comunismo que virtualmente não ocorreu em lugar algum”.¹⁰

Elster escreve ainda que a afirmação de Trótski de que o desenvolvimento desigual e combinado é “a lei mais geral do processo histórico” é gratuita e desprovida de qualquer significância, já que Trótski “não esboçou um argumento similar com respeito à transição do feudalismo para o capitalismo, ou do escravismo ao feudalismo [...] Na realidade, não creio – diz Elster – que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado possa explicar qualquer transição real”.

Na formulação de Trótski existem elementos que se contrapõem a Elster. A desigualdade está estampada no território russo como a marca registrada de sua transição de um feudalismo já particular e semi-asiático a um capitalismo ainda mais particular: com a possibilidade do surgimento de uma indústria altamente concentrada e um proletário minoritário, mas de peso, em contrapartida a uma burguesia fraca e cada vez mais conservadora diante da ameaça revolucionária “vinda de baixo”. Jon Elster se esquece de que a combinação é um fator da transição e não a transição em si, o que fica demonstrado pelo surgimento do primeiro soviete na Rússia, em 1905. O soviete é um produto exemplar da combinação: uma forma de organização operária por excelência construída em um Estado despótico e semifeudal, com reivindicações que historicamente pertencem à burguesia, como a democracia política. Segundo Trótski, a resolução por uma classe dos problemas que são próprios de outra é um dos fenômenos típicos do desenvolvimento desigual e combinado em um país atrasado. O desenvolvimento desigual pode ser observado tanto dentro de fronteiras nacionais, e nesse caso significa a ocorrência de diferentes taxas de crescimento dos ramos da economia, da sociedade e suas instituições, e a presença de traços culturais completamente contraditórios, constituindo a base para a formação das “particularidades nacionais”, ou então entre nações. Daí a razão para se falar num desenvolvimento desigual espacial: expressão particularmente geográfica do desenvolvimento desigual. Neil Smith dedica seu livro *Desenvolvimento desigual* ao estudo da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, onde conclui que a desigualdade espacial apenas faz

sentido como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo. A lei do desenvolvimento desigual demonstra, acima de tudo, a capacidade de coexistência dos elementos mais díspares e até mesmo contraditórios, remanescentes de etapas históricas passadas, como expressão própria do desequilíbrio e da dinâmica de uma sociedade. Ela explica a fusão de elementos desigualmente desenvolvidos, como forma de superação da desigualdade preexistente:

Os países atrasados – escreve Trótski – assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isto não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado [...] Forçado a seguir os países avançados, o país atrasado não se conforma à ordem de sucessão [...] *O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada leva necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico.* Aqui, o ciclo apresenta, enfocado em sua totalidade, um caráter irregular, complexo, combinado.¹¹

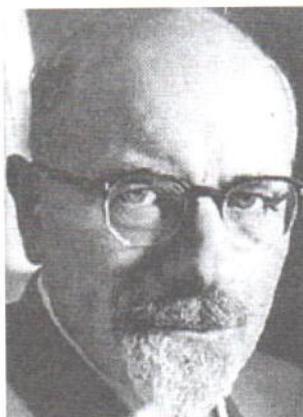
A “combinação” portanto produz “algo novo e de qualidade superior”, como diz Novack. Esse processo explica o salto histórico, ao qual já nos referimos, pelo qual um povo “é forçado a assimilar as coisas antes do prazo previsto, saltando por alto toda uma série de etapas intermediárias”. Este fator constitui justamente o privilégio de uma situação historicamente atrasada. Mas o “privilégio” é limitado: “a possibilidade de saltar por cima das fases intermediárias não é jamais absoluta; no final das contas, ela é limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país”. Na Rússia, a revolução de 1917 seria a expressão mais avançada da combinação como forma de superação de uma situação de impasse histórico. A revolução proletária na Rússia, vista sob esse ângulo, foi uma necessidade histórica, o que fica demonstrado pela análise de Trótski do desenvolvimento desigual e combinado dessa nação atrasada. A diferença fundamental entre a Rússia e a Europa Ocidental era a estrutura primitiva daquela, e a lentidão de sua evolução social. O Estado russo, governado por uma

Jon Elster se esquece de que a combinação é um fator da transição e não a transição em si, o que fica demonstrado pelo surgimento do primeiro soviete na Rússia, em 1905.

autocracia que em muitos aspectos se aproximava do despotismo asiático, esteve, desde a sua origem, em 862, sob a pressão mais ou menos aguda das potências europeias ocidentais. Enquanto o comércio entre as nações era ainda pouco considerável, foram as relações militares que exerceram a influência principal sobre a Rússia. Não foram os impulsos, como diz Isaac Deutscher, procedentes da própria sociedade russa, mas sim a pressão militar das potências europeias superiores, que deram forma ao Estado russo.¹² A necessidade de se manter contra inimigos melhor armados (no começo, principalmente a Lituânia, a Polônia e a Suécia) forçava o Estado russo a criar uma indústria militar. Neste primeiro período, o Estado importava técnicos e especialistas na arte militar, ao passo que os recursos materiais para tal eram extraídos do próprio país, o que significou a cobrança de impostos verdadeiramente abusivos às classes privilegiadas em vias de formação, mas principalmente aos camponeses e pequenos comerciantes que se viram em grande medida forçados a escolher entre a fome e a fuga, o que levou a que se registrasse, durante o século XVII, uma diminuição progressiva da população. Trotsky apresenta dados que demonstram que a percentagem dos recursos anuais do Estado destinados ao setor militar foi sempre, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, superior a 50%, chegando mesmo a 85%. Quando, sob Catarina II, o Estado encontra a possibilidade de completar o seu financiamento através de empréstimos externos, soma-se à pressão militar a pressão financeira da Europa ocidental. Ao lado da inflação desenfreada da dívida pública devida aos empréstimos, o Estado russo continuava absorvendo, comparado ao Ocidente, uma porção relativamente muito maior da fortuna pública, minando as bases de desenvolvimento das classes possuidoras e retardando o processo já tremendamente lento de diferenciação social.

No entanto, esse mesmo Estado, que retardava o desenvolvimento dos grupos privilegiados, procurava de todas as formas apressar a sua formação, de cujo apoio necessitava:

Para existir e dominar, o Estado tinha ele mesmo necessidade de uma organização hierárquica de estados



Isaac Deutscher

(grupos da sociedade pré-capitalista que possuem direitos e deveres particulares definidos por lei). Daí porque, apesar de minar as bases econômicas que teriam permitido a hierarquização, o Estado procurava impô-la através de medidas governamentais.¹³

A intenção do Estado era aproveitar o desenvolvimento dos grupos econômicos para seus próprios fins específicos, militares e financeiros; a dos grupos econômicos dominantes era utilizar o Estado para consolidar as suas vantagens sob a forma de “privilégios de Estado”. A resultante desse jogo de forças foi bem mais favorável ao poder do Estado do que o foi na Europa ocidental, o que explica a elevação do Estado russo acima da sociedade e a manutenção das forças produtivas em um nível extremamente baixo, dificultando a acumulação e, conseqüentemente, o crescimento da divisão do trabalho. Não havia, por exemplo, uma separação clara entre a agricultura e o artesanato, que se encontrava tão disperso pelo campo quanto a própria produção agrícola. Sem se separar da agricultura, o artesanato conservou o seu caráter de pequena indústria local e jamais chegou a formar, como no Ocidente, verdadeiras cidades medievais: centros de artesãos e comerciantes. Nessas condições, o comerciante nômade russo – que, por ser o intermediário entre produtores e consumidores igualmente dispersos, exercia um papel importante na economia russa – não realizava a concentração do capital comercial em grandes centros de troca e jamais ocupou um lugar análogo àquele do comerciante europeu ocidental. O comércio russo mal chegou a se desenvolver e já se encontrava sob a ação direta do capital comercial europeu, dando um caráter semicolonial a todo o movimento de negócios no qual o comércio russo era intermediário, entre as cidades do Ocidente e os vilarejos russos.

As cidades russas modernas surgem rapidamente na segunda metade do século XIX,¹⁴ com a transformação completa de seu papel econômico e de sua estrutura interna de classes. Até esse momento, as cidades russas não tinham exercido outro papel que não o de centros administrativos e militares sustentados pelo dinheiro público. Sem gerar recursos, a não ser uma escassa concentração

de capital comercial, a cidade russa medieval “consumia aquilo que lhe era fornecido”. Assim como as cidades, a indústria e as classes capitalistas se formaram em apenas algumas décadas, passando por alto todas as etapas que caracterizaram o processo no Ocidente, como o surgimento do pequeno empreendimento e o crescimento progressivo do “terceiro estado”. A diferença entre os processos de industrialização na Europa ocidental e na Rússia transparece, talvez mais facilmente, quando atendemos para o fato de que, se na Europa a manufatura crescia sobre o artesanato, com a participação deste em todo o processo, na Rússia o artesanato (rural) continuou produzindo para o consumo geral da população, enquanto a indústria era estabelecida utilizando-se da única mão-de-obra disponível, a dos servos, para servir o Estado e, em parte, as altas camadas da sociedade. Não foi, portanto, nem o artesão nem o pequeno ou grande comerciante que sentiu a necessidade de se criar uma forte e vasta indústria, mas o Estado, que transformou a instalação de manufaturas nacionais a serviço do Exército e da frota em sua tarefa essencial. A introdução do capital, da técnica e do saber ocidentais – “incontestáveis elementos de uma cultura mais elevada” – conduziu ao fortalecimento da autocracia czarista, freando o desenvolvimento do país e acentuando a servidão como forma essencial de organização do trabalho.

No entanto, a servidão, na medida em que excluía qualquer possibilidade de modernização da produção, foi a causa principal do marasmo que persistia em alguns ramos da indústria desde Pedro, o Grande. A sua abolição se impõe em meados do século XIX como condição para o próprio desenvolvimento econômico. Mas na medida em que a nobreza agrária era contrária à reforma, a burguesia, ainda muito fraca para liderá-la e aos camponeses, mal organizados, ficou para o próprio Estado (que tinha sido até o momento o grande perpetuador do regime de servidão), apoiado pelos nobres burocratas e proprietários industriais, a tarefa de levar a cabo a reforma. Em 1861, então, após os desastres da guerra da Crimeia, o czarismo decide, por interesses próprios, colocar diante do capital a rota do progresso através da reforma parcial, da semilibertação dos servos. Este foi um claro exemplo de uma dessas combinações, como dizia Trótski, próprias dos países atrasados, isto é, a resolução por uma classe dos problemas que são de interesse

próprio de outra, no caso, a burguesia liberal, que, em toda a sua inexpressividade, a tudo assistiu docilmente. Na visão de Trótski, “o atraso do conjunto do processo está suficientemente caracterizado pelo fato de a lei da servidão, nascida no final do século XVI, e estabelecida no XVII, atingir seu auge no XVIII, e ser juridicamente abolida apenas em 1861”.¹⁵

A partir desse momento abre-se um novo período de desenvolvimento econômico do país, caracterizado pela rápida formação de uma reserva de trabalho “livre”, pelo rápido alastramento do sistema ferroviário, construção de portos, afluxo incessante de capitais europeus, europeização da técnica industrial, crescimento dos incentivos e do crédito, o aparecimento do ouro no mercado, um forte protecionismo e a inflação da dívida pública.

Tudo isso sob o forte controle burocrático e policial do Estado. A economia e a política russas continuaram sob a influência, ou pressão, imediata da economia européia. No entanto, o caráter dessa influência se alterava de acordo com o modo de produção dominante na Europa:

Na época da produção artesanal e manufatureira no Ocidente, a Rússia havia tomado emprestado da Europa técnicos, arquitetos, contramestres e artesãos experientes em geral. Quando a manufatura foi substituída pela fábrica, a Rússia se concentrou principalmente em importar máquinas. Finalmente, quando, sob a influência direta das necessidades do Estado, a servidão foi abolida, dando lugar ao trabalho “livre”, a Rússia abriu as fronteiras para a ação direta do capital industrial.¹⁶

A situação de dependência, portanto, se acentua assim que as relações capitalistas de produção passam a predominar na Europa. O resultado da forma particular da evolução industrial na Rússia que, no seu conjunto, “saltou” os períodos do artesanato corporativo e da manufatura, assim como vários de seus ramos industriais também saltaram parcialmente certas etapas da técnica que no Ocidente havia exigido décadas para se desenvolver, foi a concentração das forças produtivas na indústria

As cidades russas modernas surgem rapidamente na segunda metade do século XIX, com a transformação completa de seu papel econômico e de sua estrutura interna de classes.

de grande porte (em 1902, 53,6% dos operários estavam alocados em indústrias com mais de quinhentos operários cada, enquanto na Bélgica apenas 28%, porcentagem esta que não diferia muito das demais nações avançadas europeias ou mesmo dos Estados Unidos) e a ausência de uma hierarquia intermediária entre os grandes dirigentes do capital e as massas populares. Como explica Trótski, em *A História da Revolução Russa*, a grande indústria não se desenvolveu “normalmente”, organicamente, passando pelas etapas do pequeno artesanato e da manufatura.

No entanto, a rapidez do crescimento industrial durante alguns períodos (como de 1905 até a Primeira Guerra Mundial, quando a indústria russa quase dobra de tamanho), longe de constituir prova contra a teoria do atraso russo, comprovava esse atraso ou, nas palavras de Trótski, “completava-o dialeticamente”: “A possibilidade de um avanço tão grande estava precisamente determinada por um estado retardatário que *helas!* não apenas subsistiu até a liquidação do antigo regime (1917), mas, como herança deste, se manteve até o dia de hoje (1930)”.

Trótski dizia que a lei da evolução combinada se manifesta com maior vigor no campo da economia, o que fica patente na oposição que no século XX se traça entre a agricultura dos camponeses, praticamente estagnada ao nível do século XVII, e a indústria russa, que por sua técnica e estrutura capitalistas se encontrava ao nível dos países avançados e em alguns aspectos os ultrapassava. O resultado, na política, da

insignificância do artesanato e da pequena produção em geral, e do caráter extremamente desenvolvido da grande indústria, foi o afastamento da democracia burguesa para o segundo plano, em benefício da democracia proletária. O artesanato russo, à margem do processo de industrialização, não chegou a constituir, como no Ocidente europeu, o terreno social sobre o qual a democracia burguesa poderia ter se apoiado. Pelo contrário,

[...] a classe operária, assumindo as funções produtivas da pequena burguesia, atribuiu-se igualmente o papel

político que essa burguesia poderia ter possuído, e as pretensões históricas de direção das massas camponesas na época em que essas se emancipavam do jugo da nobreza e do fisco. O campo político no qual a história colocou a prova os partidos urbanos foi a questão agrária.

Foi ela justamente que assegurou a sustentação do proletariado revolucionário. A despeito do peso econômico do proletariado, a sua situação minoritária no país demonstrava que ele não poderia conferir à sua luta uma amplitude tal a ponto de tomar o controle do Estado, se não tivesse encontrado um forte apoio entre as massas populares e camponesas.

O proletariado, por sua vez, estava em posição de assumir a liderança revolucionária devido, por um lado, à sua própria susceptibilidade às deduções mais ousadas do pensamento revolucionário como resultado de sua rápida formação. Em grande medida, o operariado russo foi transportado diretamente do meio rural para a indústria capitalista de grande porte. Sem passar pela fase da produção corporativa, o operário se defronta com a grande indústria sem a carga de preconceitos de uma pequena burguesia da qual ele poderia bem ter feito parte se estivéssemos falando de algum país capitalista ocidental. Esse processo de rápida formação teve também o efeito de afastar as chances de gradual cristalização de uma burocracia sindical a serviço do patronato. Por outro lado, contribuía para a liderança do proletariado, a pouca expressividade numérica e econômica da burguesia nacional, o que vinha acompanhado da predominância do capital estrangeiro nos negócios russos. A transformação acelerada do país rumo ao capitalismo fazia com que o problema agrário fosse inevitavelmente um problema “de revolução”. No entanto, os camponeses, disseminados pelo vasto território da Rússia europeia, jamais haviam experimentado a união política. Todas as suas revoltas permaneciam parciais, isoladas nos limites da propriedade, do vilarejo ou do cantão. A heterogeneidade da composição social do campesinato e a sua situação intermediária entre a burguesia e o proletariado impediam-no de assumir um papel político independente.

O potencial revolucionário do campesinato sempre recebera a sua canalização através de outra classe. Assim sucedeu nas grandes revoluções europeias, quando o campesinato emprestou o seu

Em grande medida, o operariado russo foi transportado diretamente do meio rural para a indústria capitalista de grande porte.

potencial de luta revolucionária à burguesia, e assim sucederia na Rússia, onde, no entanto, a classe que serviria aos interesses democráticos dos camponeses não era a burguesia. Era na medida em que o campesinato não se apresentava apto a centralizar as suas próprias forças revolucionárias, que o proletariado aparecia-lhe como a classe libertadora: "Pela primeira vez na história universal, o camponês encontraria o seu guia na pessoa do operário. Isso é essencialmente e, podemos dizer, integralmente, o que distingue a Revolução Russa de todas aquelas que a precederam."¹⁷ E foi justamente na medida em que o campesinato encontrou a sua direção no operariado, que a democracia não poderia ser instaurada a não ser através da ditadura do proletariado. O desenvolvimento capitalista do campo só se acelera após 1906, quando se cria uma lei possibilitando que um pequeno número de camponeses, contra a vontade da maioria, estabelecesse, através da compra, lotes independentes nas terras comunais. A medida significou, por um lado, a ascensão da categoria superior dos camponeses ao *status* de fazendeiros capitalistas e, por outro, a proletarianização das grandes massas camponesas. O efeito dessa medida, que, ao criar uma nova camada pequeno-burguesa, visava fortalecer a camada mais antiga de proprietários, fugiu em grande medida do esperado. Os novos proprietários, longe de servirem de apoio aos antigos, centralizando e ganhando a adesão das massas camponesas que lhe estavam, ou deveriam estar, mais próximas, encontrou-se desde o início em estado de hostilidade declarada em relação àquelas. As massas camponesas proletarianizadas, por sua vez, aumentaram consideravelmente a reserva explosiva revolucionária.

No lugar da quase inexistente pequena burguesia russa surge uma nova classe média, os chamados "profissionais da inteligência", composta por advogados, jornalistas, médicos, engenheiros, professores e mestres de escola. Essa camada social, pouco numerosa e sem independência do ponto de vista econômico, apoiada sobre o Estado e incapaz de qualquer oposição política, encontra o seu aliado não entre a burguesia, mas entre os próprios proprietários fundiários. A nascente sociedade burguesa jamais fora capaz de impor as suas reivindicações e quando ela começa a sentir necessidade de instituições análogas às da Europa ocidental, o Estado czarista já havia assumido a

forma de um grande empresário capitalista apoiado sobre um aparelho burocrático fortemente centralizado. Como diz Trótski, o czarismo, ao se tornar o instrumento da capitalização da Rússia, fortalecia, antes de tudo, a si mesmo. A incapacidade política da burguesia estava também diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e com os camponeses. Por um lado, ela não podia conquistar o apoio dos operários, que se encontravam em oposição direta a ela na vida cotidiana; por outro, ela foi incapaz de conquistar o apoio da classe camponesa, já que ela, assim como os proprietários fundiários, rejeitava a transformação da propriedade, fosse qual fosse a maneira pela qual ela se apresentasse. A hostilidade das massas em relação à burguesia eliminava quaisquer pretensões burguesas de liderança de uma luta nacional contra o czarismo. Além do mais, se é verdade que a burguesia tinha interesse em obter "um sólido *status* de ordem civil", ela tinha ainda mais necessidade do Estado fortemente centralizado que lhe garantia vantagens e privilégios. Se, portanto, conclui Trótski, a revolução russa (de objetivos democrático-burgueses) demorou para acontecer, foi devido à estrutura social da nação. O grande capital estrangeiro exerceu o papel principal na economia russa. Somando-se ao quadro interno, ele trouxe conseqüências fatais para a política da burguesia nacional:

Devido às dívidas contraídas pelo Estado, uma parte considerável do produto nacional era enviado todos os anos ao exterior, enriquecendo e consolidando a burguesia financeira européia. A aristocracia da bolsa que, nos países europeus, detinha a hegemonia e não tinha o menor escrúpulo em transformar o governo do czar em um vassalo no plano financeiro, não podia e não queria se aliar à oposição burguesa russa, pela "boa" razão de que nenhum outro governo nacional jamais havia lhe concedido tamanhos benefícios usurários como era o caso do czarismo. Assim como o capital financeiro, o capital industrial estrangeiro, explorando as riquezas e mão-de-obra russas, realizava à força a sua política fora das fronteiras russas, nos parlamentos franceses, ingleses ou belgas.¹⁸

Ou seja, o mesmo capital industrial que na Europa ocidental havia erguido a bandeira do liberalismo, na Rússia preocupava-se apenas com a sorte de seus investimentos, que lhes parecia melhor assegurada pelo governo absolutista.

O liberalismo (expresso pelo Partido Cadete, composto pelos intelectuais e membros dos

zemstvos), de sua parte, sustentava que a prodigiosa preponderância do Estado russo eliminava qualquer possibilidade de revolução. A força militar e financeira do absolutismo reprimia e cegava o liberalismo russo a ponto de toda possibilidade de revolução parecer estar descartada na Rússia. No entanto, na visão de Trótski,

[...] quanto maior a centralização do Estado e independência em relação às classes privilegiadas, mais rápida será a sua transformação em organização absoluta, elevada acima da sociedade. Quanto maiores forem as forças militares e financeiras de uma organização desse tipo, maiores serão as chances dela prolongar a sua existência. O Estado [russo] centralizado [...] com um Exército permanente de um milhão de homens pôde continuar existindo por muito tempo depois de ter deixado de satisfazer as exigências mais elementares do desenvolvimento social [...] O poder administrativo, militar e financeiro do absolutismo, que lhe possibilitou existir a despeito da evolução social, longe de impedir toda revolução, como acreditava o liberalismo, fazia da revolução, ao contrário, a única questão admissível, sendo que, quanto maior o abismo entre o poder e as massas populares engajadas no novo movimento econômico, mais radical deveria ser o caráter dessa revolução.¹⁹

Assim,

[...] o proletariado deu seus primeiros passos nas condições políticas de um Estado despótico. Greves interdidas pela lei, círculos clandestinos, proclamações ilegais, manifestações de rua, choques com a polícia – foi essa a escola criada pela combinação de um capitalismo em rápido desenvolvimento e um absolutismo que cedia lentamente as suas posições. A concentração dos operários em empresas gigantescas, o caráter igualmente concentrado da opressão exercida pelo Estado, enfim, toda a força impulsiva de um proletariado jovem e *de plein fraîcheur*, fizeram da greve política, tão rara no Ocidente, o método essencial de luta na Rússia.

Para Trótski, os números das greves operárias desde o início do século são os indícios mais instrutivos da história política da Rússia: 1,5 milhão de operários em greve em 1905 e 2 milhões em 1917, num país atrasado onde o proletariado era pouco numeroso – “o movimento de greve assume uma amplitude que jamais teve em nenhum lugar do mundo”.²⁰ Em 1905, dada a amplitude da luta e a substituição das

greves econômicas pelas políticas, surge a necessidade de se criar uma organização operária própria, o “soviete”, que seria o órgão da greve geral e da luta pela conquista do poder. Surgindo, no âmbito de uma nação atrasada, como uma organização revolucionária especial, com capacidade de englobar de uma só vez as massas populares, incluindo os camponeses, tornando-as capazes de uma ação revolucionária sob a direção dos operários, o soviete é o primeiro exemplo “prático”, claro e irrefutável do desenvolvimento político combinado da Rússia. A curva da greve é ascendente de 1904 a 1905, período em que passam a predominar as greves políticas. O movimento sofre uma reversão logo em seguida, e os anos de 1908 a 1911 aparecem como um período de contra-revolução vitoriosa. A vida industrial começa a se reaquecer a partir de 1910, dando novo ímpeto ao movimento operário. Entre 1912 e 1914, sobre bases históricas mais elevadas e um proletariado mais numeroso, o movimento de greve cresce novamente. Segundo Trótski, “uma nova ofensiva revolucionária é lançada”, mas que será brutalmente interrompida pela Primeira Guerra Mundial. A guerra teve o efeito imediato de desorientar politicamente as massas e fornecer aos diretores de fábricas a oportunidade de “falar uma linguagem patriótica em nome de suas empresas”. Mais do que isso, a guerra, em certa medida, escamoteou a classe operária. Em Petrogrado, por exemplo, os efetivos da mão-de-obra foram renovados em quase 40%. Mas já em 1915, o aumento do custo de vida e o agravamento das condições de trabalho, com o ressurgimento dos traços da exploração mais grotesca, fez com que inevitavelmente surgissem novas greves econômicas que, não obstante,

possuíam um limitado alcance político se comparado às de 1914. A liderança operária estava desorientada, e muitos de seus líderes, presos, com o agravante de que nesse período ocorreu um fluxo de mão-de-obra pouco qualificada e politicamente inexperiente para dentro das fábricas. Por outro lado, se o efeito da guerra fora desastroso para a tendência claramente revolucionária dos anos que a precederam, a partir do final de 1916, ela passa a constituir um fator de radicalização e aceleração do ritmo das greves,



Trótski

assegurando à revolução, como diz Trótski, uma vitória arrasadora.²¹

A partir do momento em que os industriais se recusam cada vez mais a fazer concessões aos operários e o governo continua a responder a cada greve com uma rigorosa repressão, o pensamento operário é conduzido do particular ao geral, do econômico ao político, renascendo, assim, a idéia de greve geral. Para Trótski, o processo de progressiva radicalização das massas se exprime de maneira mais convincente pela estatística: em 1915, as greves políticas contavam com 2,5 vezes menos operários do que as econômicas; em 1916, são duas vezes menos; já nos primeiros dois meses de 1917, as greves políticas englobavam seis vezes mais operários do que as econômicas. Desde o levante popular de 1905 até as revoluções de fevereiro e outubro de 1917, acentuaram-se aspectos sociais e políticos já existentes. O regime czarista, nesse intervalo de onze anos, colocou-se ainda mais em contradição com as exigências da história. A burguesia fortaleceu-se economicamente, mas o seu crescimento repousava sobre uma maior concentração da indústria e sobre a intensificação do papel do capital estrangeiro. Influenciada pelos acontecimentos de 1905, a burguesia tornou-se mais conservadora e cautelosa. O peso específico da pequena e média burguesia, que já era insignificante, diminuiu mais ainda. Os intelectuais democratas, por sua vez, não possuíam uma base social estável. Eles podiam exercer provisoriamente certa influência política, mas não chegavam a exercer um papel independente. A questão agrária permanecia sem solução e a modernização do campo, impulsionada em dois momentos, 1861 e 1906, pesava tremendamente sobre as massas camponesas devido novamente ao caráter desigual do processo, isto é, ao fato de a modernização prosseguir, lentamente, na passagem do século XIX para o século XX, quando a predominância do papel do dinheiro na economia “impunha ao primitivo trabalho rural exigências que só poderiam ser respondidas por tratores”. A questão agrária se esboçava como o fator determinante do rumo que deveria tomar a incipiente revolução russa. Que a situação do campo tivesse persistido após o nascimento da indústria significava, para Trótski, não que a revolução deveria consolidar a burguesia no poder para liquidar com os restos feudais na Rússia, mas que a revolução seria proletária, porque apenas o proletariado estava

em condições de realizar a tarefa burguesa de varrer da face terra os restos feudais pertencentes a um período anterior ao da própria burguesia. Inclusive, se a questão agrária tivesse podido ser resolvida pela burguesia, dificilmente o proletariado teria tomado o poder em 1917.

Nesse sentido, Trótski atribuiu à questão agrária a chave do enigma da revolução russa, como produto de um desenvolvimento combinado, no sentido de uma combinação original de elementos atrasados com os fatores mais modernos:

Para que se fundasse o Estado soviético, foi necessária a aproximação e a penetração mútua de dois fatores de natureza histórica completamente diferentes: uma guerra camponesa, isto é, um movimento que caracteriza o auge do desenvolvimento burguês, e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que assinala o declínio da sociedade burguesa.²²

Dessa forma, a revolução na Rússia deveria ser *proletária*, por seus métodos, ao mesmo tempo que *burguesa*, por suas tarefas diretas e imediatas – fenômeno este que Trótski descreve como *a expressão mais extrema da lei do desenvolvimento combinado*: “começando pela derrubada do edifício medieval podre, a revolução leva ao poder, em apenas alguns meses, o proletariado com o partido comunista na liderança”. Segundo Trótski, para aqueles que só conseguiam entender o papel do proletariado russo através de analogias históricas superficiais, ou cálculos puramente estatísticos, essa fusão de tarefas históricas em uma única revolução era inaceitável. Para eles, apenas a burguesia poderia realizar o “caráter” burguês da revolução. A combinação é um dos fatores que explicam a não-repetição das revoluções na sociedade burguesa, revoluções estas que trazem, cada qual, novas etapas da sociedade burguesa e novos aspectos da consciência de suas classes, que são sentidos inclusive nas regiões mais remotamente tocadas pelo capital. Ilustrando essa lei da história, Trótski escreve:

[...] da mesma forma que a França saltou por cima da Reforma, a Rússia ultrapassou com um salto a democracia de forma pura. O partido revolucionário da Rússia, que

O peso específico da pequena e média burguesia, que já era insignificante, diminuiu mais ainda.

colocaria o seu selo sobre toda uma época, procurou uma fórmula para os problemas da revolução não na *Bíblia*, como os ingleses do século XVII que empreenderam uma revolução burguesa sob a roupagem de uma reforma religiosa, nem no cristianismo secularizado de uma democracia “pura” (como a Revolução Francesa), mas nas relações materiais existentes entre as classes.²³

E completava:

A nova Rússia tomou um caráter completamente particular na medida em que recebeu o batismo capitalista, na segunda metade do século XIX, do capital europeu que se apresentava já sob a forma mais concentrada e mais abstrata do capital financeiro. A história anterior desse capital não está de nenhuma maneira ligada à história anterior da Rússia.²⁴

Ou seja, o caminho percorrido por esse capital na Europa ocidental não guarda semelhança com o desenvolvimento das forças produtivas russas. Para Trótski, não havia analogia possível entre um país capitalista de primeira linha e as colônias dessas potências, bem como as nações que, sem serem colônias, recebem do capital as suas formações já acabadas:

Quando o capital inglês ou francês, quintessência da obra histórica de séculos, é transportado para as estepes do Donetz, ele é absolutamente incapaz de manifestar as suas forças sociais, as paixões, os valores relativos por ele absorvidos progressivamente. Sobre um território novo, ele não pode repetir o desenvolvimento que já cumpriu. Ele retoma a sua obra do ponto onde a deixou em seu país. Em torno das máquinas que trouxe consigo pelos mares e aduanas, ele reúne rapidamente, sem etapas intermediárias, as massas proletárias e injeta nessa classe a energia revolucionária, que trazia congelada dentro de si, das velhas gerações burguesas.

Assim,

[...] a condição de atraso que levou o proletariado russo ao poder colocou diante desse poder problemas que, por sua essência, não podiam ser resolvidos dentro das fronteiras de um Estado isolado. O destino deste está assim inteiramente ligado à marcha ulterior da história mundial.²⁵

A concepção de que o destino de uma revolução proletária, principalmente num país atrasado, estaria diretamente influenciado pelo caminho que a revolução mundial haveria de seguir a partir de



Marx

então, revelou-se o eixo de toda uma estratégia revolucionária para o século XX. Trótski se liberta das amarras do fatalismo econômico – da afirmação da dependência do político em relação ao econômico na teoria da revolução, onde a dominação econômica da burguesia deveria ser seguida pela sua dominação política no âmbito nacional antes que ambas pudessem ser superadas – graças a uma percepção das implicações internacionais do

desenvolvimento do imperialismo. O caminho percorrido pelo capitalismo desde a morte de Marx exigia uma reinterpretação das possibilidades revolucionárias do proletariado, e da relação entre “política nacional” e “economia global”. Como lembra Denise Avenas,²⁶ Marx e Engels elaboraram a teoria da revolução proletária num período “intermediário”, ou seja, num momento em que o desenvolvimento das forças produtivas e o grau de radicalização da oposição das classes burguesa e proletária *não mais* permitiam a revolução burguesa e *ainda não* possibilitavam a revolução proletária. Marx e Engels tinham plena consciência dessa situação, e explicam dessa forma a razão do conservadorismo da burguesia alemã em 1848, que procurou se associar à nobreza feudal para se proteger da ameaça *proletária* de uma revolução nacional *burguesa*. Mas passaria ainda muito tempo antes que Trótski pudesse tirar dessa oposição dialética do *não mais* e *ainda não* as devidas implicações teóricas, apenas intuídas por Marx no final de sua vida.

A elaboração da lei do desenvolvimento desigual e combinado permitiu que Trótski previsse, com uma antecedência de pelo menos doze anos, a possibilidade de que a primeira vitória revolucionária do proletariado ocorresse na Rússia atrasada. Mas a lei em lugar nenhum determina que essa revolução levaria em última instância à conclusão das reivindicações próprias dessa classe, ou seja, ao socialismo. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que a lei explica por que a revolução deve ser proletária, e não burguesa, ela alerta para as dificuldades que cercariam essa revolução devido justamente à condição de atraso da Rússia. Daí que tenha surgido para Trótski a urgência de uma análise que revelasse o caminho concreto e as possibilidades

objetivas para transformar essa revolução, cujas primeiras medidas teriam um caráter burguês, em uma revolução socialista. Nem precisamos dizer que o caminho apontado por Trótski passava pela extensão da revolução a todos os continentes; e que as possibilidades objetivas analisadas deram origem a sua teoria da revolução permanente. A teoria da revolução permanente (que explica a necessidade de extensão do processo revolucionário em escala mundial, a transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista e a realização das tarefas democrático-burguesas, como a unificação nacional, pelo proletariado vitorioso) de certa forma deriva da lei do desenvolvimento combinado. Melhor dizendo, a lei constitui o fundamento da teoria da revolução permanente. Mas a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente estão longe de serem uma só.

Uma crítica cujo pretendido alvo é a lei deve tentar provar a falsidade ou irrelevância, por exemplo, do salto histórico. Já uma crítica da teoria da revolução permanente deveria, esta sim, atacar não apenas a conclusão que se tira da lei (de que a revolução proletária pode ocorrer em primeiro lugar em um país atrasado), mas também a idéia de que a revolução de um país atrasado se viabilizará pela expansão imediata da revolução para os países avançados. Jon Elster chega a atribuir a Trótski um conceito que não apenas não faz parte de sua lei do desenvolvimento desigual e combinado, senão que expressa o oposto do seu pensamento. Elster afirma que o conceito central sobre o qual Trótski se baseia seria “aquilo que Thorstein Veblen chamou de as vantagens do atraso, com a idéia concomitante do castigo por tomar a dianteira”.²⁷ É bem verdade que a noção de “vantagens do atraso” ocupa um lugar central na elaboração de Trótski. Mas ele jamais deixou transparecer qualquer coisa parecida com a idéia de “castigo por tomar a dianteira”, o que certamente não era verdade para Trótski. O ponto central e original do pensamento de Trótski na primeira década deste século, foi a idéia de que a revolução proletária ocorreria em primeiro lugar na Rússia atrasada. Mas os países europeus avançados deveriam em seguida, um após o outro, ou vários ao mesmo tempo, sofrer levantes operários



Engels

influenciados pelos acontecimentos na Rússia. A própria revolução russa dependia (Trótski o afirma explicitamente na “teoria da revolução permanente”), para a sua consolidação, da revolução nos países avançados. A condição de atraso da Rússia proporcionava uma vantagem momentânea que pouco significaria em termos de realização do socialismo sem a adesão dos países capitalistas desenvolvidos que, longe de serem castigados pelo seu avanço,

possuem uma vantagem histórica sobre os atrasados para o próprio sucesso da revolução socialista. Se a história não trouxe a revolução nos países avançados vizinhos da Rússia isto nada prova em favor ou contra as teorias de Trótski. O exemplo mais ilustrativo talvez seja o da Alemanha, que esteve à beira de uma grande revolução proletária, cujo fracasso não se deveu a uma ausência de condições ou conjuntura propícias.

Jon Elster constrói a sua crítica à revolução russa sobre a questão da junção das precondições objetivas (o desenvolvimento das forças produtivas a um nível que torne o comunismo viável) e subjetivas (a “motivação” do operariado) para uma revolução socialista. Marx, segundo Elster, acreditava que essa junção se daria, até certo ponto, de modo “nacional”. Trótski, escrevendo cerca de meio século mais tarde, percebe não apenas que a junção “nacional” das condições objetivas e subjetivas era extremamente difícil, mas que ela era, ademais, desnecessária. A coexistência em nível europeu das condições objetivas e subjetivas garantiria o primeiro levante revolucionário assim como a sua seqüência. No entanto, Elster rejeita ambas as formas ou possibilidades dessa união. Para Elster, portanto, o comunismo não seria possível porque a própria transição não seria viável. Na visão do autor, se as condições objetivas estão presentes hoje nos países avançados, o que deixou de existir são as condições subjetivas, devido ao avanço das condições de vida dos trabalhadores sob o capitalismo. Depois de rejeitar a possibilidade de a revolução ocorrer *em primeiro lugar* em um país avançado, Elster afirma que ela também não poderia ocorrer posteriormente em um país avançado, como resultado de uma comoção revolucionária vinda de fora. O proletariado das nações avançadas só se

sentiria motivado a fazer a revolução se tivesse um exemplo concreto dos benefícios do comunismo. Ou seja, se um país atrasado conseguisse instaurar o comunismo e demonstrar aos seus vizinhos ricos todas as vantagens de seu regime. O proletariado de uma nação desenvolvida jamais jogaria todas as suas conquistas para o alto para se arriscar numa aventura revolucionária. Como o próprio autor reconhece que um país atrasado e isolado não tem condições de implantar o socialismo, a revolução nos países avançados ficaria descartada. Quanto aos países atrasados, esses possuíam as condições subjetivas, mas não as objetivas:

Nos países atrasados o desenvolvimento da organização da classe trabalhadora estará invariavelmente mais elevado que o desenvolvimento do capitalismo. A implantação das idéias socialistas pode ser mais rápida do que a acumulação de capital porque a disseminação das idéias não tem custo.

Por isso, Elster reconhece que a revolução teria de atingir as regiões mais avançadas do globo. Mas, como já ficou claro, Elster descarta essa possibilidade, e escreve ainda que “não há razão para pensar que o proletariado nos países avançados fará causa comum com a revolução de um país atrasado, ainda no caso pouco provável de que os países avançados se “involucrem” em uma guerra contra-revolucionária (que seria a forma apresentada por Marx para levar a revolução do Leste ao Oeste)”. Elster resume a sua posição em relação à revolução de um país atrasado, dizendo que “sem bases racionais [...] Trótski tinha *fé* em que a deflagração revolucionária internacional fosse iniciada pela revolução na Rússia”.²⁸ Criticando não a idéia do desenvolvimento desigual e combinado, mas a pertinência da lei do desenvolvimento desigual e combinado, com a qualidade de explicar o surgimento de um quadro novo no cenário mundial, Elster busca os elementos para a sua crítica *da lei* no terreno da teoria da revolução permanente e no internacionalismo de Trótski.

Já que as vantagens que a Rússia possuía para fazer a revolução não significariam, na visão de Elster, a possibilidade de “transformar as formas fundamentais” de sua economia na direção do socialismo, permitir que a revolução colocasse as lideranças proletárias no poder teria sido o grande erro da Rússia:

O único cenário que poderia satisfazer ao marxista é aquele onde os trabalhadores ajudam com êxito a burguesia a tomar o poder e depois tratam de tomar o seu lugar sem êxito. Essa derrota dará tempo para o desenvolvimento capitalista e reforçará a consciência de classe do proletariado para lutas posteriores [...] Na prática, isso jamais funcionou.²⁹

Ora, não apenas isso “jamais funcionou”, como toda a análise de Trótski da história russa tem a função de explicar porque isso não poderia funcionar, sendo a burguesia russa fraca demais para concentrar ao seu redor as forças revolucionárias do proletariado e já conservadora demais para ganhar o apoio indispensável do campesinato, e porque tal posicionamento só poderia se encaixar no campo do conservadorismo e da defesa do *status quo*. Por fim, podemos dizer que os gráficos das condições objetivas e subjetivas elaborados por Jon Elster tratam apenas de jogar a revolução nos países atrasados para um futuro cada vez mais distante – até que atinjam as condições objetivas necessárias – e nos países avançados, para um passado cada vez mais longínquo. Uma das críticas mais frequentes à revolução russa, e à revolução de uma nação atrasada em geral, se refere à questão do grau de consciência de classe do proletariado. Baruch Knei-Paz defende, em primeiro lugar, que Trótski teria superestimado a existência, na Rússia, de um proletariado no sentido mais amplo do termo, ou seja, uma classe possuidora de uma “cultura social e política próprias”. Em seguida, Knei-Paz afirma que Trótski, apesar de reconhecer os limites da consciência socialista do operariado russo, não atribuiu a esse fator a devida importância, já que “a orientação dos trabalhadores para o socialismo [...] era uma das precondições para a validade da teoria da revolução permanente”.³⁰ Assim como Knei-Paz, Maximilien Rubel afirma que o proletariado russo, mesmo que fortemente organizado, não possuía a consciência de classe necessária para a transformação socialista:

Nessas condições, o único meio, para os ideólogos bolcheviques, de demonstrar a justeza de sua “retificação” da teoria materialista do desenvolvimento, foi suscitar, nas massas composesas e operárias, a adesão a um comunismo primitivo e igualitário em nome do *postulado ético* da auto-emancipação e não em nome do “socialismo científico”, o qual não pode se aplicar senão a um proletariado de massa, política e intelectualmente preparado para transformar o modo de produção herdeiro de uma economia capitalista que chegou ao limite de seu desenvolvimento.³¹

Voltaremos em seguida a discutir o que para Rubel seria o problema da “retificação” do marxismo, pelos bolcheviques e por Trótski.

Quanto à questão da consciência de classe proletária, o problema tanto para Knei-Paz quanto para Rubel é que a Rússia agrária e semi-industrial não teria conhecido o desenvolvimento capitalista nem as modificações sociais, políticas e culturais (Knei-Paz fala em *modernização*) para que se pudesse falar em termos de proletariado consciente e socialismo. A transformação da sociedade russa, e não apenas de sua economia, como seria o caso, seria absolutamente necessária para a possibilidade de uma ditadura do proletariado. O que ambos os autores esquecem, ou preferem não mencionar, é que toda a modernização (Knei-Paz) ou progresso do capitalismo (Rubel) – necessários para o surgimento de um proletariado consciente e revolucionário – não resultaram no próprio Ocidente europeu, no início do século XX, em qualquer movimento que se assemelhasse em envergadura ao 1905 russo. Não se tratava, no caso da Rússia, de um proletariado nem tão ignorante quanto às suas reivindicações, nem tão inexperiente como queriam dar a entender Rubel e Knei-Paz. Quanto à consciência socialista propriamente dita, citamos Trótski na íntegra:

É verdade, naturalmente, que o progresso da consciência depende do crescimento do número de proletários conscientes, e que a ditadura do proletariado pressupõe que estes tenham se tornado numerosos o suficiente para impor-se diante da resistência da contra-revolução burguesa. Mas isso de forma alguma significa que “a grande maioria” da população deve se tornar proletária; nem “a grande maioria” do proletariado, socialista consciente. Está claro, certamente, que o exército conscientemente revolucionário do proletariado deve ser mais forte do que o exército contra-revolucionário do capital; enquanto as camadas intermediárias da população, recosas ou indiferentes, devem se encontrar em uma situação tal que a ditadura do proletariado as atraia para o lado da revolução ao invés de repeli-las para o lado de seus inimigos; algo que a política proletária deve conscientemente levar em consideração. Tudo isso, por sua vez, pressupõe a hegemonia da indústria sobre a agricultura e o domínio da cidade sobre o campo.³²

Na avaliação de Trótski, baseada nas estatísticas oficiais e num largo estudo da história do desenvolvimento russo, a agricultura russa, mesmo que majoritária em termos numéricos absolutos, não possuía a importância, ou o peso da indústria russa.

A essa altura, a antiga hegemonia do campo já havia cedido lugar ao domínio da indústria e da cidade. Trótski reconhecia que a consciência socialista do proletariado russo estava longe de ser “plenamente desenvolvida”; que o proletariado não estava composto integralmente por “socialistas conscientes”. Mas ele também rejeitava a idéia de que fosse preciso que a maioria dos operários fosse socialista consciente. Bastava que houvesse um núcleo consciente – bem entendido, de operários, e não simplesmente de revolucionários profissionais. Trótski alertava para o fato de que a ausência de um proletariado composto majoritariamente por socialistas conscientes era uma característica não apenas da Rússia, mas também das sociedades capitalistas.

De fato, não podia ser de outro modo, já que a própria existência do capitalismo infecta e distorce a consciência das massas. Uma “regeneração moral” completa, objetivo do socialismo, era impossível no interior de uma sociedade não-socialista; aqueles que pregavam que a natureza humana tem que ser transformada antes que o socialismo possa ser alcançado, faziam apenas “prorrogar o socialismo por vários séculos”.³³

Apesar de Knei-Paz questionar o pensamento de Trótski em vários aspectos, aos quais já nos referimos, o autor reconhece a originalidade de Trótski, além de um rigor metodológico inquestionável: “A sua concepção [de Trótski, da desigualdade e da combinação] constituiu o único esforço original de se livrar das amarras das noções históricas preconcebidas [...] Mais do que outros, Trótski, portanto, se empenhou em utilizar o marxismo como ‘ferramenta’ e não como conclusão”.³⁴ Como se estivesse falando de outra pessoa, Maximilien Rubel critica Trótski até na sua sensibilidade literária e facilidade para a escrita, dizendo que o extraordinário dom literário de Trótski se voltava antes de tudo contra ele mesmo: “Uma fraseologia disfarçada de dialética substituíra em Trótski, historiador da Revolução Russa, o raciocínio fundado sobre os fatores considerados

Trótski alertava para o fato de que a ausência de um proletariado composto majoritariamente por socialistas conscientes era uma característica não apenas da Rússia, mas também das sociedades capitalistas.

por Marx como condição *sine qua non* de uma revolução proletária”. A “condição” à qual Rubel se refere é o avanço do capitalismo. A tese defendida por Rubel é a de que o salto histórico é uma invenção, produto de uma utilização superficial dos conceitos marxistas. Segundo Rubel, Lênin e Trótski manipulavam as massas tão bem quanto as fórmulas dialéticas “destinadas a certificar o caráter proletário e socialista da revolução”.³⁵ Dessa superficialidade teórica decorre, para Rubel, que Trótski não teria sabido interpretar Marx quando este se referia ao desenvolvimento desigual. O desenvolvimento desigual, segundo Rubel, longe de permitir a combinação e a ultrapassagem dos países avançados pelos atrasados, reafirmava apenas que um país atrasado deveria seguir o exemplo das nações historicamente privilegiadas. Para Rubel, o desenvolvimento desigual é apenas a “aparência” de um processo que reforça a prioridade histórica das nações avançadas.

Rubel não está estritamente errado em afirmar que Marx não reconhecia o “desenvolvimento combinado” e que também não deixou em seus escritos nenhuma elaboração teórica da antecedência revolucionária dos países atrasados. Denise Avenas

tenta justificar essa ausência dizendo que na época de Marx as conseqüências do desenvolvimento desigual das diferentes nações européias não eram ainda tais que esse desenvolvimento pudesse ser compreendido como combinado.³⁶ Mas a justificativa de Avenas tampouco é cabível, pois Marx deixou em seus escritos e cartas indicações de que o esquema “etapista” da revolução poderia vir a ser substituído por uma “articulação dialética das tarefas históricas”,³⁷ e o erro de Rubel teria sido não admiti-las. Rubel se detém exclusivamente na interpretação etapista de Marx, e escreve:

[...] o fator político permanece rigorosamente subordinado aos imperativos socioeconômicos e nenhum “desenvolvimento desigual” pode permitir que um país [referindo-se à Rússia] essencialmente agrário precede, através do socialismo, os países industrialmente desenvolvidos, cujo exemplo eles devem seguir.³⁸

A tese defendida por Rubel é a de que o salto histórico é uma invenção, produto de uma utilização superficial dos conceitos marxistas.

Ao contrário do que quer admitir Rubel, que procura extrair do próprio Marx os elementos para a sua crítica do desenvolvimento desigual e combinado e da possibilidade de países atrasados “ultrapassarem” por um momento as nações avançadas, Marx escreveu em *As lutas de classes na França* que “essas convulsões devem ocorrer necessariamente antes nas extremidades do organismo burguês do que no seu coração, onde são maiores as possibilidades de restauração do equilíbrio”.

A freqüente acusação contra Trótski (mencionada no início do texto) de que o salto qualitativo na história constituiria uma heresia, já que os países atrasados estariam fadados a reproduzir a sucessão das etapas que marcaram a evolução do capitalismo nos países avançados, não leva em conta nem a necessária análise das implicações econômicas e políticas do capitalismo imperialista, nem a afirmação do próprio Marx a respeito que, respondendo à indagação de Vera Zassulitch quanto à *teoria que pretende que todos os povos do mundo são constringidos pela necessidade histórica a percorrer todas as fases da produção social*, escreve que “a fatalidade histórica deste movimento está expressamente restringida aos países da Europa ocidental”.³⁹ Marx escreveu a sua *Crítica da economia política* tendo como modelo o país capitalista clássico mais avançado, a Inglaterra. Além das fronteiras inglesas, as generalizações sobre desenvolvimento capitalista “mundial” baseavam-se no modelo europeu. Assim, quando ele escreve a Vera Zassulitch, em 1881, a respeito do caso particular da Rússia, ele especifica e esclarece generalizações anteriores. A concepção predominante entre os marxistas do final do século XIX e início do XX, de que Marx estabelecia explícita e unicamente que a revolução ocorreria em primeiro lugar nos países capitalistas mais avançados, através da união das condições objetivas e subjetivas para tal, significava também que, para estes, as categorias de “revolução burguesa” ou “democrática” e “revolução proletária” eram inconciliáveis. A revolução proletária só poderia ocorrer em um país que tivesse passado por uma revolução burguesa, que prepararia o terreno para a revolução posterior. A revolução proletária não poderia de forma alguma evoluir da burguesa num processo revolucionário contínuo.

Enquanto Rubel atribui a origem das “modificações” realizadas por Trótski, entre outros, ao fato dos escritos de Marx serem marcados por “uma

curiosidade intelectual livre de toda finalidade política [onde] suas hesitações e interrogações permitem a crítica fácil tanto quanto interpretações abusivas”,⁴⁰ Michael Löwy, ao contrário, encontra no mesmo pensamento de Marx e Engels – “livre de quaisquer concepções” – tanto “elementos, idéias e hipóteses que preparam o terreno para a teoria da revolução permanente (tal como Trótski a formulou)”, quanto “uma perspectiva ‘*etapista*’, onde se pressupõe uma ordem rígida de sucessão de etapas históricas”. Porém, mesmo a fundamentação socioeconômica, “rígida”, apresentada por Marx e Engels para o conceito etapista da revolução recebe em Trótski uma interpretação um tanto quanto diferente daquela que era o comum em sua época. A fundamentação socioeconômica, escreve Löwy, “situa-se no plano exclusivo das *forças produtivas* e faz do *esgotamento das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo* uma condição indispensável para colocar na ordem do dia a sua abolição”. Ela se expressaria também na célebre frase de Marx: “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém”. Trótski, no entanto, interpretava essa afirmação como estando relacionada aos grandes sistemas produtivos em escala histórico-mundial (feudalismo, capitalismo...) e de forma alguma como uma referência a nações isoladas. Vista desse ângulo, a teoria da revolução permanente pode ser considerada, como defende Avenas, “a expressão de uma nova compreensão da teoria das etapas, entendida como o processo histórico geral da humanidade”. A etapa democrático-burguesa já se realizara em nível mundial, fazendo necessário que se abrisse, a partir da Rússia, uma nova via revolucionária. Por outro lado, o *atraso* é uma noção que exige parâmetros. E, se a Rússia estava atrasada em relação à Europa ocidental, a Europa como um todo, Rússia incluída, estava historicamente mais avançada do que as demais regiões do globo, o que significa que a revolução partia da porção capitalista mundial mais avançada. O grau do desenvolvimento combinado e a possibilidade de salto histórico estão determinados tanto pela persistência dos elementos do atraso quanto pelo grau de introdução dos elementos do avanço. Löwy encontra de fato “a idéia de que o proletariado



Michael Löwy

poderia tomar o poder e suprimir o capitalismo (ao longo de um processo revolucionário ininterrupto) mesmo nos países periféricos, atrasados e semifeudais da Europa”, em vários textos de Marx e Engels. O *Manifesto comunista*, aclamado pelos defensores do “etapismo” como a prova irrefutável da alucinação bolchevique, contém uma passagem que Löwy considera como precursora do “permanentismo”:

É para a Alemanha, sobretudo, que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa; e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização européia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido do que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII; a revolução alemã, por conseguinte só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária.

Michael Löwy considera, a partir daí, que pelo menos a *estratégia* revolucionária apresentada pelo *Manifesto* se insere definitivamente no campo do “permanentismo”, na medida em que introduz a idéia de que o grau de maturação revolucionária não pode ser medido nos limites de um só Estado, mas em escala internacional; a compreensão do fato de que uma revolução burguesa clássica não pode se repetir na Alemanha em função do peso social e político que ganhou o proletariado no país; e, finalmente, a intuição de que a revolução burguesa e a revolução proletária não se apresentam aqui como “*duas etapas históricas distintas, mas dois momentos de um mesmo processo revolucionário ininterrupto*”.⁴¹ Em 1850, Marx e Engels escrevem *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, onde, ao elaborarem uma análise das perspectivas do processo revolucionário alemão, chamam a atenção para a necessidade de se criar um poder proletário independente que fizesse face ao seu atual aliado, a pequena burguesia democrática, que inevitavelmente tentaria barrar a revolução em sua primeira fase:

[...] os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo [...] e até que pelo menos as forças produtivas

O prognóstico de Marx em 1850 sobre a transformação da revolução democrática na Alemanha em revolução proletária estava evidentemente errado.

decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado [...] Seu grito de guerra há de ser: a revolução em permanência.⁴²

Como diz Löwy, a *hipótese inicial* de Marx – presente tanto nos textos mais “etapistas” de 1848, quanto nos mais radicais e “permanentistas” de 1850 – de que a burguesia seria capaz de uma oposição conseqüente ao sistema absolutista feudal precisou ser abandonada

durante o caminho à luz da experiência histórica concreta:

Marx abandona a cláusula da revolução burguesa prévia, formulada pelo *Manifesto comunista* a propósito da Alemanha, e desloca a problemática na direção da cena internacional. A tática de aliança com a burguesia revelara-se inaplicável e irrealista [...] Na realidade, a capacidade de retificar suas pressuposições à luz da práxis social e da luta de classes é uma das características que distingue Marx [e Engels] de certos “marxistas” posteriores.⁴³

O prognóstico de Marx em 1850 sobre a transformação da revolução democrática na Alemanha em revolução proletária estava evidentemente errado. Sobre este erro, Trótski escreve:

Marx considerou a revolução burguesa de 1848 como o prelúdio imediato da revolução proletária. Marx “errou”. Porém, o seu erro tem um caráter factual e não metodológico. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista. Mas é justamente por isso que não realizou a democracia.

Concluindo: assim como na Alemanha, na Rússia, a burguesia não teria realizado a democracia. A etapa democrática da revolução que fora inaugurada na Rússia em 1905 só poderia sobreviver através do poder proletário. A teoria da revolução permanente, por sua vez, não tinha sido formulada como tal por Marx e Engels, em cujos escritos aparece mais como palavra de ordem. No entanto, ela já é nesses autores uma virtualidade derivada da combinação de diversas etapas históricas na Europa do século XIX. Marx e Engels coincidiram objetivamente (e depois, subjetivamente) por serem os expoentes mais lúcidos de uma vasta geração de intelectuais europeus que deveriam resolver com

urgência a questão da relação entre filosofia e ação, entre teoria e prática, no quadro da efervescência social, política e ideológica criada pelas vésperas das revoluções de 1848, quando a irreversível crise do *Ancien Régime* ou de suas sobrevivências se combinou com a emergência, pela primeira vez na arena histórica, das contradições próprias do capitalismo (o que foi visível nas “jornadas de junho”, na França, quando o proletariado protagoniza, segundo Marx, sua “primeira jornada histórica própria”). “A partir de 1846, a Europa dos submetidos se une no sofrimento e na esperança, a Europa dos príncipes, no terror”, diz Jean Sigmann. Essa unificação desaguou, em 1848, naquilo que seria chamado “primavera dos povos”, ou, ulteriormente, pelos inimigos, o “ano louco”: “De março a junho de 1848, os hinos à liberdade e à fraternidade ressoaram desde Paris até Poznan e Bucareste, desde Holstein até a Sicília”. As tarefas colocadas para os pensadores eram as da própria revolução:

Libertar os trabalhadores da servidão econômica, os indivíduos da sujeição política, os povos da dominação estrangeira, tais foram algumas das maiores ambições de 1848. Sua realização supunha *homens excepcionais* surgidos simultaneamente nos quatro cantos da Europa – houve alguma vez caso semelhante? – e poderosas forças materiais para destruir o retorno ofensivo dos velhos poderes que retrocederam sem ter livrado batalha.⁴⁴

Marx e Engels, que participaram diretamente da revolução e de seus preparativos (o *Manifesto comunista* foi publicado em 1848) estiveram à altura da tarefa (ou das “ambições”) não só prática, mas também teoricamente: a profundidade “marxiana” e a abrangência “engelsiana” da teoria elaborada por estes “homens excepcionais” correspondia com profundidade e universalidade às tarefas que a revolução punha sobre o tapete, e a sua complexidade com a própria complexidade de uma revolução *única* para situações e países *diversos*, que deveria *combinar* os aspectos teóricos que eram postos pelo próprio *desenvolvimento desigual e combinado* da sociedade, em virtude das sobrevivências econômicas e políticas pré-capitalistas, e do próprio desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Por terem elaborado a teoria e o programa mais sólidos, em virtude da sua assimilação e superação críticas tanto da dialética hegeliana quanto da sua crítica feuerbachiana (ou

seja, dos resultados mais amplos e profundos do desenvolvimento filosófico europeu até a primeira metade do século XIX), Marx e Engels sobreviveram politicamente às derrotas das revoluções de 1848, assim como sobreviveu a sua principal “base organizativa”: a própria colaboração estreita entre Marx e Engels, indestrutível a partir de então. As bases fundamentais da teoria marxista foram postas conjuntamente por Marx e Engels nos períodos imediatamente anterior e posterior às revoluções de 1848. O período de ruptura com o grupo filosófico dos “jovens hegelianos” e o entroncamento com as organizações do proletariado revolucionário foram arrematados com o *Manifesto comunista*, redigido em 1847 e publicado em 1848, onde é colocado o objetivo da “elevação do proletariado à classe dominante”, simultaneamente ponto de ruptura com o socialismo filosófico e filantrópico anterior (o “socialismo utópico”) e ponto de partida para uma nova organização política da classe operária: a doravante chamada *Liga dos Comunistas*, em substituição à “Federação dos Justos”.

Depois da derrota da revolução, o balanço de Marx e Engels, exposto em trabalhos como *As lutas de classes na França 1848-1850* e *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, encontrou sua melhor expressão sintética e política na *Circular à Liga dos Comunistas* de 1850. Nela é exposta a tática proletária em condições de uma revolução que devia resolver problemas oriundos de diversos estágios do desenvolvimento histórico e que, por isto, devia suscitar as tentativas dirigentes de diversas classes e estratos intermediários, engajados na revolução, mas (como o demonstrara a experiência de 1848), em última instância, hostis ao seu desenvolvimento até as últimas conseqüências, ou seja, à ditadura proletária. Para superar as limitações históricas dessas classes que conduziam ao aborto da revolução, o “grito de guerra” do proletariado devia ser, como vimos, *revolução permanente* (expressão que fora retomada posteriormente em *As lutas de classes na França 1848-1850*), isto é, impedir que a revolução se detivesse no estágio em que apenas fossem satisfeitos os interesses de classe da burguesia ou da pequena burguesia, dispostas a todo momento a entregar-se nos braços da reação diante da emergência, independentemente da classe operária. Ao contrário, e pela mediação dirigente da classe operária, a revolução devia passar do seu estágio democrático para o estágio socialista, sem etapas

históricas intermediárias, sob pena de frustrar-se inclusive como revolução democrática (como acontecera com as revoluções de 1848). O *marxismo* configura-se assim como a teoria e o programa do proletariado moderno, que procura expressar conscientemente seus objetivos históricos, com independência do grau de consciência destes objetivos entre os próprios proletários: seu objetivo é o *comunismo*, seu meio a *ditadura do proletariado*, seu método a *revolução permanente*. A elaboração de Trótski se situava, portanto, num terreno que fora semeado quase meio século antes. No início do século XX, Kautsky podia constatar que “quando Marx e Engels escreviam o *Manifesto comunista*, o teatro da revolução proletária se limitava para eles à Europa ocidental. Hoje abarca o mundo inteiro”.⁴⁵ No entanto, essa expansão mundial do capitalismo realizou-se sob a marca da *desigualdade* e da *combinação*, que atingirão sua máxima expressão no século XX. Em finais do século XIX, o capitalismo já se afirmara como modo de produção dominante, destruindo as formas pré-capitalistas, de modo desigual (avanço da Inglaterra, relativo atraso alemão). Penetrou países com escasso desenvolvimento industrial, mas que conservaram sua soberania nacional (Rússia, Japão, a maior parte da América Latina), e também territorial – na Ásia e na África, principalmente –, que se transformaram em *colônias*. Finalmente, penetrou territórios vazios, ou esvaziados (através de genocídios), sem destruir estruturas preexistentes (Canadá, Estados Unidos). Sobre a base da constituição do mercado *mundial* (cujo volume decuplica entre 1848 e 1914), o movimento é contraditório: nos países avançados, a indústria avança (de modo desigual), sobretudo a pesada, os países se urbanizam, a renda nacional progride, assim como a porcentagem dos trabalhadores industriais. Nos países atrasados há, em troca, estagnação e não raro regressão, a distância entre os primeiros cresce, o desenvolvimento daqueles se realiza em detrimento destes.

Para a corrente “revisionista” do socialismo europeu, no final do século XIX, era necessário abandonar o “catastrofismo” de Marx, devido à vitalidade demonstrada pelo capitalismo, mensurável em cifras. O carvão, principal fonte de energia, tem um rendimento anual de 900 kg/trabalhador na França, 1.100 kg na Inglaterra, 1.200 kg na Alemanha... 3.800 kg nos Estados Unidos. A produção mundial é de 1.215 milhão de toneladas

em 1913 (contra 240 em 1870), 82% extraída pelos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Este e a Áustria-Hungria fornecem a quase totalidade do lignito mundial. A produção de petróleo, por sua vez, central a partir da invenção do motor a explosão, passa de 700 mil toneladas em 1871 para 20 milhões em 1900 e 52 milhões em 1913. A indústria modifica a sua fisionomia: a Europa só produz 42% dos têxteis. A indústria química, em troca, progride com a invenção do plástico, da nitroglicerina e das indústrias sintéticas: seus centros são os Estados Unidos e a Alemanha. A metalúrgica é a indústria principal: 500 mil toneladas de aço em 1875, 74 milhões em 1913; 13 toneladas de alumínio em 1885, 65 mil em 1913... A agricultura se transforma em função do progresso industrial, também de modo desigual, pois o rendimento é muito maior nos países em que se industrializa e se pratica a especialização das terras. As comunicações experimentam também uma explosão: 209 mil km de estradas de ferro em 1870, mais de 1 milhão em 1913. A estrada comum ressuscitou com o automóvel: 2 milhões em 1913 (63% nos Estados Unidos). A navegação marítima explode com o barco

Para a Alemanha só restavam duas possibilidades: a constituição de um bloco colonial fora da Europa, ou uma expansão em direção da Turquia, ao longo da linha Berlim–Belgrado.

em metal e o encurtamento das distâncias através dos canais (Suez, Corinto, Panamá, Kiel). Começa a navegação aérea: Bleriot atravessa o canal da Mancha em 1909; Roland Garros, o Mediterrâneo em 1913. Surge a aviação militar. Os países industriais exploram as matérias-primas dos atrasados, mas só conseguem fazer face ao seu próprio consumo via importação da Europa oriental, Ásia, África, América e Oceania. Condição e produto desse processo são a concentração do capital industrial (cartéis e “konzern”): o papel dominante da banca de negócios, as “big five” da Inglaterra (Barclays, Lloyds, Midland, National, Provincial), o Deutsche Bank e o Dresdner Bank na Alemanha, a BFCI na França, a Société Générale na Bélgica, a Kreditanstalt na Áustria; e as exportações de capital: 3,7 bilhões de libras pela Inglaterra (47% no Império, 41% nas Américas, 6% na Europa); 23 bilhões de marcos pela Alemanha (53% na Europa); 120 bilhões de

francos-ouro pela França (12% na Rússia; 3,3% na Turquia; 4,7% na Europa central; 8% nas colônias). Como consequência da exportação de capital, os países “independentes” da periferia tornam-se semicolônias do “centro”, com limitações nas suas taxas de alfândega, e propriedade estrangeira da indústria, das obras públicas e das comunicações.

Nos países avançados, a burguesia via-se obrigada a ensaiar novos agrupamentos políticos em virtude da ascensão dos partidos operários (socialistas), verdadeiras “sociedades dentro da sociedade”: na Alemanha, o SPD tinha 4 milhões de eleitores, 111 deputados, uma rede de sindicatos, cooperativas, escolas, assim como o “trabalhismo” na Inglaterra ou o SFIO na França. O socialismo começa a se desenvolver fora da Europa: na Rússia, nos Estados Unidos (6 % dos votos para o candidato socialista Eugene Debs nas presidenciais de 1912), no Japão. Nos países periféricos, em troca, reforça-se a concentração agrária e o atraso rural, que se combina em alguns deles (na Rússia, como vimos) com uma forte concentração industrial, dominada pelo capital estrangeiro. O primeiro plano, porém, tende a ser ocupado pelas contradições “interimperialistas”, em especial entre as velhas potências e as novas, em expansão (Alemanha e Estados Unidos). Para Fritz Stenberg:

[...] o coração da Europa está ocupado por um país que, em poucas décadas, tornou-se o mais industrializado, cuja velocidade de desenvolvimento industrial e comercial ultrapassa à dos países industriais mais antigos, que apareceu nos mercados mundiais no momento em que os territórios antes livres da dominação européia já estavam todos ocupados, como colônias ou semicolônias dos Estados industriais mais antigos.⁴⁶

Para a Alemanha só restavam duas possibilidades: a constituição de um bloco colonial fora da Europa, ou uma expansão em direção da Turquia, ao longo da linha Berlim–Belgrado. Ambas as possibilidades se chocam diretamente com as posições britânicas. O conjunto das contradições acumuladas provocaria crises internacionais a partir dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do século XX (guerra hispano-americana, guerra dos bôers, guerra russo-japonesa) até literalmente explodir na Primeira Guerra Mundial, cuja principal consequência foi a própria revolução russa. Posta nesta perspectiva histórico-mundial, esta última não foi, portanto, uma “anormalidade” do desenvolvimento histórico, *mas um produto do desenvol-*

vimento desigual e combinado da economia capitalista em escala mundial, que encontra sua expressão última nas crises, nas guerras e nas revoluções. A lei do desenvolvimento desigual e combinado aparece, pois, como o exato contrário da doutrina vulgar da evolução linear do capitalismo, que se tornou dominante no socialismo europeu no início do século XX. Vejamos agora como Trótski antecipou as perspectivas da revolução da Rússia, formulando a teoria e o prognóstico que lhe garantiram um lugar específico na história da revolução e do século.

NOTAS

- ¹ Apud Neil Smith, *Desenvolvimento desigual* (Rio de Janeiro: Bertrand, 1988), p. 150.
- ² Mahuel Moreno, "La ley del desarrollo desigual", em Leon Trotsky et al., *La ley del desarrollo desigual y combinado* (Bogotá: Pluma, 1977), p. 115.
- ³ George Novak, *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade* (São Paulo: Rabisco, 1988).
- ⁴ Baruch Knei-Paz, *The Social and Political Thought of Leon Trotsky* (Oxford: Clarendon, 1979), p. 99.
- ⁵ Leon Trotsky, *Histoire de la Révolution Russe*. Février (Paris: Seuil, 1950), p. 40.
- ⁶ Leon Trotsky, *1905* (Paris: Minuit, 1969), p. 54.
- ⁷ Leon Trotsky, *La revolución permanente* (La Paz: Socialista, 1993), pp. 9-10.
- ⁸ George Novak, *Introducción a la lógica dialéctica* (Bogotá: Pluma, 1976), pp. 75 e 78, respectivamente.
- ⁹ *Ibid.*, p. 49.
- ¹⁰ Jon Elster, "La teoría del desarrollo combinado y desigual: una crítica", em J. E. Roemer (org.), *El marxismo: una perspectiva analítica* (México: Fondo de Cultura Económica, 1989), p. 70.
- ¹¹ Leon Trotsky, *Histoire de la Révolution Russe*. Février, cit., pp. 40-41.
- ¹² Cf. Isaac Deutscher, *The Prophet Armed* (Nova York/Oxford: Vintage Books/Oxford University Press, 1954), p. 147.
- ¹³ Leon Trotsky, *1905*, cit., p. 20.
- ¹⁴ No início do século XVIII, a população urbana russa somava algo em torno de 3% do total do país. No final do século XIX, a população urbana já somava aproximadamente 13% da população total do país. O recenseamento de 1897 mostra que nos doze anos precedentes (desde 1885) o número de habitantes das cidades havia aumentado 33,8%, enquanto nos vilarejos rurais, apenas 12,7%.
- ¹⁵ Leon Trotsky, *Histoire de la Révolution Russe*, cit., p. 42.
- ¹⁶ Leon Trotsky, *1905*, cit., pp. 26-27.
- ¹⁷ Leon Trotsky, *Histoire de la Révolution Russe*, cit., p. 88, grifo meu.
- ¹⁸ Leon Trotsky, *1905*, cit., p. 48.
- ¹⁹ *Ibid.*, pp. 20-23.
- ²⁰ Leon Trotsky, *Histoire de la Révolution Russe*, cit., p. 72.
- ²¹ Não devemos confundir a tática defendida tanto por Lênin quanto por Trótski de transformar a guerra em revolução, difundindo suas idéias entre os trabalhadores e as forças armadas, com uma defesa da guerra em geral. Pelo contrário, *transformar a guerra em revolução* significava pôr fim à guerra em nome da revolução proletária. Devemos lembrar também, como escreve Isaac Deutscher, que nesse período Trótski sofre repetidas desilusões quanto ao menchevismo – ao qual pertencera – quando, por exemplo, antigos quadros como Vera Zassulich, Potressov e Plekhanov se pronunciaram a favor da defesa da Rússia na Primeira Guerra Mundial.
- ²² Leon Trotsky, *Histoire de la Révolution Russe*, cit., pp. 88-89.
- ²³ *Ibid.*, pp. 49-52.
- ²⁴ Leon Trotsky, *1905*, cit., p. 54.
- ²⁵ Leon Trotsky, *Histoire de la Révolution Russe*, cit., p. 510.
- ²⁶ Denise Avenas, *Teoria e política no pensamento de Trotsky* (Lisboa: Delfos, 1973).
- ²⁷ Jon Elster, "La teoría del desarrollo combinado y desigual: una crítica", cit., p. 68.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 77.
- ²⁹ *Ibid.*, p. 76.
- ³⁰ Baruch Knei-Paz, *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*, cit., pp. 122-123.
- ³¹ Maximilian Rubel, *Marx: critique du marxisme* (Paris: Payot, 1974), p. 167.
- ³² Leon Trotsky, *Bilan et perspectives* (Paris: Minuit, 1969), pp. 440-441.
- ³³ Baruch Knei-Paz, *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*, cit., p. 126.
- ³⁴ *Ibid.*, p. 100.
- ³⁵ Maximilian Rubel, *Marx: critique du marxisme*, cit., p. 151.
- ³⁶ Denise Avenas, *Teoria e política no pensamento de Trotsky*, cit., p. 15.
- ³⁷ Michael Löwy, "Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels", em *Discurso*, nº 9, São Paulo, novembro de 1978, p. 138.
- ³⁸ Maximilian Rubel, *Marx: critique du marxisme*, cit., p. 168.
- ³⁹ Denise Avenas, *Teoria e política no pensamento de Trotsky*, cit., p. 23.
- ⁴⁰ Maximilian Rubel, *Marx: critique du marxisme*, cit., p. 156.
- ⁴¹ Michael Löwy, "Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels", cit., pp. 138 e 141.
- ⁴² Marx & Engels, *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*.
- ⁴³ Michael Löwy, "Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels", cit., p. 143.
- ⁴⁴ Jean Sigmann, *1848: las revoluciones románticas y democráticas de Europa* (Madri: Siglo XXI, 1985), p. 9; grifo meu.
- ⁴⁵ Karl Kautsky, *O caminho do poder* (São Paulo: Hucitec, 1979), p. 107.
- ⁴⁶ Fritz Stenberg, *El imperialismo* (México: Siglo XXI, 1979).

